

A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL FACE AO MULTILINGUISMO

Jakeline Aparecida Semechechem¹

RESUMO: Neste trabalho procurou-se enfatizar a trajetória de políticas lingüísticas para o ensino de Língua Portuguesa no Brasil na perspectiva de possibilitar uma visão contextual, social, política e educativa do ensino da língua em diferentes épocas no país, para isso foi utilizada a metodologia bibliográfica qualitativa. A partir do levantamento teórico foi possível evidenciar que embora o Brasil sempre tenha sido um contexto multilíngüe/multicultural, a situação histórica, política e social implicou na idealização de um monolíngüismo, para que isto se concretizasse muitas vezes adotaram-se políticas de silenciamento e apagamento de línguas autóctones (indígenas) e alóctones (imigrantes). No entanto, as políticas lingüísticas têm tido ao longo da história avanços significativos para a perspectiva multilíngüe no Brasil, o que acentua ainda mais que estas são reflexos de concepções e de condições políticas e sociais vigentes de cada época. O multilíngüismo/multiculturalismo, além de realidade passou a ser reconhecido e aceito, passaram a ser desenvolvidas políticas lingüísticas que visam implementar ações em prol da diversidade lingüística.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; ensino; Língua Portuguesa; Multilinguismo.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho procura-se enfatizar a trajetória de políticas lingüísticas para o ensino de Língua portuguesa no Brasil na perspectiva de possibilitar uma visão contextual, social, política e educativa do ensino da língua em diferentes épocas no país.

Sendo assim, é importante salientar o conceito de política lingüística que de acordo com Scheneider (2007) em geral, é usado em referência a um conjunto de medidas governamentais e, ou institucionais, que visam fomentar a vitalidade e a manutenção de uma variedade lingüística e ou a sua padronização. Deste modo, abordar as políticas lingüísticas relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa é considerar a situação histórica e política e também ações voltadas para a concretização das propostas político-lingüísticas.

Nesse viés, enfatizar as políticas lingüísticas é crucial para conhecer e compreender as propostas e perspectivas de ensino de língua portuguesa, uma vez que como ressalta Geraldí (1997) o ensino da língua não está alheio ao sistema escolar, e as iniciativas educacionais, que por sua vez, respondem as concepções de mundo e aos interesses específicos de determinada formação social.

Deste modo, para compreender o ensino de língua portuguesa é preciso conhecer e interpretar como este foi instituído e constituído no decorrer da história, uma vez que para Silva (2004a) o que subjaz o ensino de língua portuguesa no Brasil é uma questão geral de política social e de política lingüística.

¹Mestranda em Letras – Estudos Lingüísticos no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), graduada em Letras-Ingês pela Universidade Estadual do Centro-Oeste.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho é de cunho bibliográfico e qualitativo e busca suscitar reflexões e apontamentos em relação a trajetória de políticas lingüísticas no Brasil para o Ensino de Língua Portuguesa face ao multilinguismo. Sendo assim, buscou-se subsídio teórico para os apontamentos aqui suscitados em Bortoni (1984), PCNs (1998) Mariani (2001) Bagno (2002), Savedra (2003), Silva (2004a, 2004b), Oliveira (2006), Scheneider (2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Então, para iniciar a trajetória política lingüística no Brasil, é importante salientar a que a primeira delas se deu segundo Silva (2004b) com a chegada dos jesuítas e o primeiro governador geral em 1549. Sendo assim, a catequização foi uma das políticas iniciais que difundiam a língua portuguesa europeia para uma população multilíngüe.

No entanto, a catequização embora implementasse a língua portuguesa europeia não se opunha as variedades lingüísticas falada na colônia brasileira. A língua portuguesa era expandida na medida em que também se falavam e se difundiam outras línguas no território brasileiro.

Contudo, essa política “pacífica” e multilíngüe “aberta” perdurou até uma medida institucional rigorosa, na qual se instituiu uma lei que proibia o uso de qualquer outra língua e se decretava o uso oficial do português. De acordo com Silva (2004b):

Em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma Política Lingüística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam (...) Pombal define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil (p. 21).

Sendo assim, interpreta-se a vigência de uma nova política lingüística, a qual oficializa o uso da língua portuguesa e também seu ensino, inicia-se a partir de então uma trajetória para homogeneização de uma língua que foi oficializada como língua de uma nação, no caso, a antiga colônia brasileira, não porque era a língua da maioria do povo que aqui habitava, mas porque era a língua de uma população minoritária e correspondia aos interesses políticos e econômicos da época.

É importante salientar, que ao se referir a imposição de uma língua por questões políticas e econômicas em oposição à uma língua que era usada pela maioria de uma população não se faz uma crítica a oficialização da língua portuguesa ou alude que o Brasil deveria ter uma língua indígena como oficial, mas é discorrido sobre um acontecimento histórico na perspectiva de levar a compreensão das políticas lingüísticas atuais.

Segundo Silva (2004a) juntamente com essa política arbitrária da obrigatoriedade da língua portuguesa e da proibição do uso de outras línguas foi lançada a idéia de uma unidade lingüística brasileira, ou “o mito de um país monolíngüe [e o] da unicidade lingüística no Brasil” (BORTONI, 1984, p.9).

Deste modo, compreendido uma das primeiras políticas lingüísticas que a partir de ações institucionais visou fomentar a vitalidade e a padronização da língua portuguesa é importante ressaltar que outros fatores favoreceram para implementação de um ideal homogeneizador, tendente para o português europeu, dentre os quais se destacou a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro a partir de 1808 (SILVA, 2004b).

Entretanto, posteriormente ao período colonial, outras políticas lingüísticas continuaram a empreender medidas para que não fosse maculado o idealizado

monolíngüismo no Brasil. Desta vez as políticas que já tinham “combatido” as línguas autóctones presentes no território brasileiro, iniciaram as ações governamentais para preservar a língua já hegemônica das várias línguas dos imigrantes no início do século XIX.

Além das línguas indígenas autóctones, das africanas chegadas com o tráfico negreiro, que oficialmente se encerra em 1830, completa-se o quadro geral do multilíngüismo no Brasil com a chegada dos emigrantes europeus e asiáticos, sobretudo, a partir do século XIX (Ibid, p.150-151).

Sendo assim, o território brasileiro que já mantinha um ideal monolíngue tinha acentuado ainda mais o multilíngüismo com a chegada dos emigrantes e conseqüentemente de uma diversidade de línguas. No entanto, continuaram as políticas lingüísticas e as medidas governamentais em prol de uma unidade lingüística no Brasil, sendo que como cita (BAGNO, 2002) foram cometidos verdadeiros glotocídios, que diminuíram drasticamente o número de línguas alóctones no Brasil e inculcaram no imaginário coletivo o mito de um país monolíngue.

De acordo com Oliveira (2006) nos anos que antecederam e durante a II Guerra Mundial, o governo ditatorial do Estado Novo travou repreensão às línguas alóctones, e denominaram de crime idiomático, ameaça a unidade e integridade da nação. Deste modo, além de não poderem usar suas línguas os emigrantes eram proibidos de ensiná-las aos seus filhos e as crianças eram estimuladas a denunciar seus pais.

Desta maneira, a política lingüística do Estado Novo trabalhou em prol do monolíngüismo amparado em uma deturpada concepção de que língua e nação são extremamente vinculadas, ou seja, nessa visão não era possível ser brasileiro e falar outra língua, segundo Mariani (2001) “a política lingüística do Estado Novo que fundamentada na ideologia comumente ilustrada pelo jargão ‘uma língua, uma nação’ impõe uma estreita vinculação entre língua e nação, e por isso adota práticas proibitivas e descritivas” (p. 10).

Nessa política nacionalista pela unidade da língua, as medidas governamentais valeram-se do sistema educacional, pois de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais (1998):

O nacionalismo exacerbado dos períodos autoritários, em diferentes momentos da história, valeu-se da ação homogeneizadora veiculada na escola. Na década de 30, quando a política oficial buscou “assimilar” a população imigrada de diferentes origens, documentos de autoridades educacionais explicitavam grande preocupação com a nacionalização do filho do imigrante, implicando a marginalização do negro e a aculturação do índio (p.125).

A escola brasileira segundo Silva (2004b), desde que começou a expandir-se, no século XIX, se pautava, no ensino de português, por uma norma padrão de tradição lusitanizante, compendiada em gramáticas normativo-pedagógicas. Sendo assim, eram desconsideradas as variações do português ou o uso de qualquer outro código lingüístico que não o português padrão.

Nesse prisma, a trajetória da política lingüística no Brasil resultou para Scheneider (2007):

[em] discriminação, medo, perseguição e preconceitos lingüísticos, raciais e culturais. Implantou-se no imaginário coletivo a idéia de haver línguas e, ou variedades lingüísticas legítimas e outras ilegítimas e, por extensão culturas melhores e piores, quando todas são apenas diferentes umas das outras e, por isso, reciprocamente complementares (p.24).

A partir dos anos 80 o ideal de monolíngüismo passa a ser substituído pela conscientização de uma situação multilíngüe no país e de acordo com Silva (2004a) foram

dedicados estudos e debates para demonstrar que o português brasileiro é não apenas heterogêneo e variável, mas também plural e polarizado.

Sendo assim, o contexto multilíngüe no contexto brasileiro desde as primeiras políticas lingüísticas perdura na atualidade, claro que o número de línguas faladas é menor. Porém, diferentemente das políticas lingüísticas que dantes aspiravam ao monolinguismo, as políticas atuais reconhecem e trabalham em prol do multilinguismo. De acordo com Silva (2004b):

Multilinguismo que perdura até hoje, mas localizado, porque, apesar de a língua portuguesa ser a língua oficial (não mais a nacional, desde a Constituição Federal de 1988) e amplamente majoritária no Brasil, persistem/resistem entre 150 a 180 línguas autóctones indígenas, também consideradas nacionais (...). Para além das línguas autóctones, há as línguas da emigração, em comunidades bilingües, sobretudo de São Paulo para o Sul, que chegaram, a partir do século XIX, em nosso país (p. 93-94).

Deste modo, as novas políticas lingüísticas ao reconhecerem o contexto multilíngüe do Brasil, implementam ações que tencionem nessa perspectiva, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988, na qual a língua portuguesa assume o caráter de língua oficial e não nacional como até então. O fato de a língua portuguesa ser considerada oficial caracteriza a aceitação de outras línguas como parte da nação brasileira, se desfaz assim a subversão entre língua e nação.

Também com relação aos avanços político-lingüísticos da Constituição de 1988, Scheneider (2007) ressalta que o índio ganhou direito a suas terras, à sua cultura, as suas línguas e a alfabetização através dos artigos 210 e 231, sendo que essa conquista desencadeou um processo de construção de educação escolar indígena diferenciada, bilíngüe e intercultural.

No entanto, segundo Silva (2004a) as grandes comunidades de imigrantes, japoneses, italianos, alemães, poloneses, sírios e libaneses, que se concentram, sobretudo em certas áreas do Sul do Brasil, não tiveram ainda na Constituição de 1988 a oportunidade de ser considerados no processo educacional.

Nessa perspectiva, Savedra (2003) chama a atenção para a necessidade de se estabelecer uma política lingüística mais adequada para o Brasil, visto que, conforme dados do censo demográfico de 2000, coexistem mais de 1801 línguas indígenas (línguas autóctones), além de cerca de 30 línguas de imigrantes (línguas alóctones) provenientes da Europa, da Ásia, do Oriente Médio e até de outros países do continente americano.

É importante ressaltar que várias ações têm sido implementadas na perspectiva de políticas lingüística, como por exemplo, o trabalho a partir da década de 90 de um grupo profissionais de diversas áreas do conhecimento em projetos político-lingüísticos e educacional sob orientação do Instituto de Desenvolvimento em Políticas Lingüísticas (IPOL) criado em 1999.

O Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL) tem como principais objetivos instaurar processos de Educação Lingüística visando a desenvolver a reflexão e combater o preconceito na área de línguas: apoiar e realizar pesquisas na área de Política Lingüística.

Também, dentre os avanços na implementação de ações para a educação em contexto multilingüe resultantes das políticas lingüísticas, está a inserção da questão multilingüe nos documentos de prescrição e orientação curricular, diretrizes e parâmetros curriculares nacionais.

CONCLUSÃO

Deste modo, foi possível evidenciar que embora o Brasil sempre tenha sido um contexto multilingüe, a situação histórica, política e social implicou na idealização de um

monolíngüismo, para que isto se concretizasse muitas vezes adotaram-se políticas de silenciamento e apagamento de línguas autóctones e alóctones. Trabalhou-se em prol da unidade lingüística nos país durante muito tempo, muitas vezes valendo do sistema educacional para que tais medidas de unificação da e pela língua se concretizasse.

Enfim, as políticas lingüísticas têm tido ao longo da história avanços significativos para a perspectiva multilingüe no Brasil, o que acentua ainda mais que estas são reflexos de concepções e de condições políticas e sociais vigentes de cada época. O multilíngüismo/multiculturalismo, além de realidade passou a ser reconhecido e aceito, passaram a ser desenvolvidas políticas lingüísticas que visam implementar ações em prol da diversidade lingüística.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental):** Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BORTONI-RICARDO, S. M & DETTONI, R. Diversidades lingüísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. COX, M. I. P; ASSIS-PETERSON, A. **As Cenas da sala de aula.** Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. Problemas de comunicação interdialetoal. **Revista Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, nº. 78, 79, p.9-32, 1984.

MARIANI, B. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias e da política do Marques de Pombal. In: ORLANDI, E. P. (org). **História das idéias lingüísticas:** construção do saber Metalingüístico e constituição da língua nacional. Cáceres MT: UNEMAT Editora, 2001, p.99-124.

SAVEDRA, M. M. G. Política Lingüística no Brasil e no Mercosul: o ensino de primeiras e segundas línguas em um bloco regional. In: **Palavra.** Rio de Janeiro, nº. 11, p. 39-54.

SCHENEIDER, M. N. **Atitudes e concepções lingüísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades Bilíngües Alemão-Português do Rio Grande do Sul.** (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SILVA, R. V. M. **O português são dois.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.